

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 904.621

PERNAMBUCO

RELATOR	: MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S)	: JOSENILDO MENDES DA SILVA
ADV.(A/S)	: ELIZABETH DE CARVALHO SIMPLÍCIO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: ESTADO DE PERNAMBUCO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

**EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. EXIGÊNCIAS DO EDITAL. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 279 DO STF. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS DO EDITAL. ÓBICE DA SÚMULA Nº 454 DO STF. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.**

## **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 29 de setembro de 2015.

**LUIZ FUX – Relator**

*Documento assinado digitalmente*

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 904.621  
PERNAMBUCO**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. LUIZ FUX</b>
<b>AGTE.(S)</b>	<b>: JOSENILDO MENDES DA SILVA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ELIZABETH DE CARVALHO SIMPLÍCIO E OUTRO(A/S)</b>
<b>AGDO.(A/S)</b>	<b>: ESTADO DE PERNAMBUCO</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO</b>

## **R E L A T Ó R I O**

**O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR):** Trata-se de agravo regimental interposto por JOSENILDO MENDES DA SILVA contra decisão que prolatei, assim ementada, *verbis*:

**“RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. INTERPRETAÇÃO DE NORMAS EDITALÍCIAS. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO CARREADO AOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS Nº 279 E Nº 454 DO STF. REPERCUSSÃO GERAL NÃO EXAMINADA EM FACE DE OUTROS FUNDAMENTOS QUE OBSTAM A ADMISSÃO DO APELO EXTREMO. AGRAVO DESPROVIDO.”**

Inconformado com a decisão supra, o agravante interpõe o recurso alegando, em síntese:

*“5.1. A decisão alega que:*

*5.1.1. O Agravante não demonstrou, com a devida fundamentação, a razão de a matéria discutida nos autos extrapolar os interesses subjetivos da causa, possuindo relevância do ponto de vista*

**ARE 904621 AGR / PE**

*econômico, político, social ou jurídico;*

*5.1.2. A argumentação que caso houvesse ocorrido eventual ofensa aos princípios constitucionais previstos no artigo 37, caput e inciso XV, seria de forma indireta e reflexa, situação esta que impõe óbice ao processamento do recurso excepcional;*

*5.1.3. É inadmissível, em recurso extraordinário, a análise de legislação infraconstitucional local e o reexame de fatos e provas dos autos;*

*5.2. Tais argumentos não podem prosperar. O Recurso Extraordinário, Artigo 102, inciso III alínea 'a' da CF, não sendo questão de matéria reflexa a constituição federal, nem questões que visem o reexame de provas. O Acórdão contrariou:*

*5.2.1. A garantia do Devido Processo Legal e do direito à tutela jurisdicional efetiva;*

*5.2.2. O inciso VII do artigo 520 do CPC (acrescido pela Lei 10.352, de 26.12.01):*

*5.2.3. O Controle do Judiciário, artigo 5º, inciso XXXV, da Carta Maior;*

*5.2.4. O Princípio da Legalidade, artigo 37, caput, da Constituição Federal;*

*5.2.5. O Princípio da Razoabilidade;*

*5.2.6. O Princípio da Publicidade.*

*5.3. A matéria é transcendental relevância, na esfera de interesse nacional, o recurso deve subir para melhor exame e interpretação dos dispositivos constitucionais que ele invoca, decisão de competência exclusiva do STF.*

*5.4. Fora cumprido o requisito do prequestionamento de todas as questões ou matérias constitucionais. Sendo a matéria de transcendental relevância, na esfera de interesse nacional, o recurso deve subir para melhor exame e interpretação dos dispositivos constitucionais que ele invoca, decisão essa que é a competência exclusiva do Guardião da Constituição Federal, o Supremo Tribunal Federal." (Fls. 4-5 do doc. 6).*

É o relatório.

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 904.621  
PERNAMBUCO

**VOTO**

**O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR):** A presente irresignação não merece prosperar.

Em que pesem os argumentos expendidos no agravo, resta evidenciado das razões recursais que o agravante não trouxe nenhum argumento capaz de infirmar a decisão hostilizada, razão pela qual deve ela ser mantida, por seus próprios fundamentos.

Consoante afirmado na decisão agravada, o Tribunal de origem dirimiu a controvérsia atinente à reprovação do candidato em seleção interna da Polícia Militar do Estado de Pernambuco, em decorrência da ausência de alcance da nota mínima no exame intelectual, com fundamento no conjunto fático-probatório constante dos autos e na interpretação das cláusulas do edital.

Destaco passagem ilustrativa do acórdão recorrido:

*"O agravante submeteu-se a processo seletivo interno para o preenchimento das vagas disponibilizadas para o Curso de Formação de Sargentos, não logrando êxito no certame, posto que, de acordo com a banca examinadora, não obteve o mínimo de 40% (quarenta por cento) de acerto em cada prova do exame intelectual.*

*Observo que a questão em debate cinge-se à interpretação dos critérios de aprovação no exame intelectual estabelecido pelo Edital do concurso in comento.*

*Insta ressaltar, inicialmente, que o Edital, para os participantes do concurso público, constitui lei imperativa, devendo regular ações dos concorrentes e da comissão organizadora, em respeito ao princípio da isonomia.*

**ARE 904621 AGR / PE**

*O item 3.1.1 da Portaria nº 033/2010 estabelece que ‘O exame intelectual, de caráter eliminatório e classificatório, será composto de áreas de conhecimento, conforme estabelecido no quadro de provas’.*

*Por sua vez, o item 3.1.6 estipula que ‘O Candidato para ser aprovado terá que obter grau igual ou superior a 40% (quarenta por cento) em cada prova e uma média aritmética global igual ou superior a 5,00 (cinco)’.*

*Em seguida, o item 3.1.8 relaciona o quadro de provas, com as disciplinas da parte geral e da parte específica. A parte geral conterà 7 (sete) provas, dentre elas, língua portuguesa, direito constitucional, direito administrativo, direito penal militar, direito processual penal militar, direito da criança e do adolescente e legislação dos militares do Estado de Pernambuco. A área de conhecimento específico, conterà 3 (três) provas, dentre elas, uso progressivo da força, direitos humanos e polícia comunitária, para o caso de serem eles policiais militares.*

*Da leitura dos referidos itens, em especial o 3.1.6, depreende-se, claramente, que o candidato, para ser aprovado no exame intelectual, deve obter um número de acertos mínimo de 40% (quarenta por cento) em cada prova, dentre as relacionadas no quadro de provas inserto no item 3.1.8, bem como ter uma nota global aritmética igual ou superior a 5 (cinco).*

*Com efeito, o Ofício nº 127/2010 GGAIIIC/GICAP, do Sr. Gestor de Capacitação da Secretaria de Defesa Social, apenas esclareceu que o ponto de corte a ser adotado pela banca examinadora deveria ser analisado por disciplina, sem alterar nem retificar o Edital, objetivando, tão somente, aclarar eventuais dúvidas decorrentes do item 3.1.6.*

*[...]*

*Depreende-se, pelas razões acima expostas, que os candidatos, no concurso público em questão, para serem aprovados no exame intelectual, deveriam obter um número de acertos mínimo equivalente a 40% (quarenta por cento) em cada disciplina, e não em cada prova, devendo ser mantida, por conseguinte, a desclassificação do agravante que não atingiu o mínimo necessário para aprovação.” (Fls. 153-154 do doc. 1).*

**ARE 904621 AGR / PE**

Com efeito, para se chegar a conclusão contrária à adotada pelo acórdão recorrido seria necessária a análise de cláusulas editalícias, o que inviabiliza o extraordinário, a teor da Súmula nº 454 do Supremo Tribunal Federal, *verbis*: “*Simple interpretação de cláusulas contratuais não dá lugar a recurso extraordinário*”.

Demais disso, não se revela cognoscível, em sede de recurso extraordinário, a insurgência que tem como escopo o incursiamento no contexto fático-probatório engendrado nos autos, porquanto referida pretensão não se amolda à estreita via do apelo extremo, cujo conteúdo restringe-se à fundamentação vinculada de discussão eminentemente de direito, face ao óbice erigido pela Súmula nº 279/STF de seguinte teor, *verbis*: “*Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário*”.

Nesse sentido, aliás, é a jurisprudência desta Corte, como se infere dos seguintes julgados:

*“DIREITO ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. POLICIAL MILITAR ESTADUAL. CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS. CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA DE EDITAL E ADITIVO. ÂMBITO INFRACONSTITUCIONAL DO DEBATE. ANÁLISE DA OCORRÊNCIA DE EVENTUAL AFRONTA AOS PRECEITOS CONSTITUCIONAIS INVOCADOS NO APELO EXTREMO DEPENDENTE DA REELABORAÇÃO DA MOLDURA FÁTICA CONSTANTE NO ACÓRDÃO REGIONAL. ACÓRDÃO RECORRIDO PUBLICADO EM 30.9.2013. O Tribunal a quo decidiu que a ora agravada tem direito a participar do Curso de Formação de Soldados, etapa do Concurso da Polícia Militar, que após o Aditivo nº 005, do Edital nº 003/2007, estabeleceu a convocação, para as demais fases do certame, dos candidatos aprovados no exame intelectual. Divergir desse entendimento demandaria a análise das cláusulas do edital do concurso e seu aditivo de convocação para o curso de formação de soldados, bem como da moldura fática delineada nos autos. Aplicação dos óbices das Súmulas*

**ARE 904621 AGR / PE**

*279 e 454/STF. Precedentes. As razões do agravo regimental não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada, mormente no que se refere à ausência de ofensa direta e literal a preceito da Constituição da República. Agravo regimental conhecido e não provido.” (ARE 824.698-AgR, Rel. Min. Rosa Weber, Primeira Turma, DJe de 18/12/2014).*

*”AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADMINISTRATIVO. MILITAR. CONCURSO. CRITÉRIOS DE CORREÇÃO DE PROVAS. NECESSÁRIA ANÁLISE DO EDITAL DO CONCURSO: SÚMULA N. 454 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. REEXAME DE PROVAS: SÚMULA N. 279 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.” (ARE 825.797-AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, Segunda Turma, DJe de 29/9/2014).*

*”AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS PARA A POSSE DO CANDIDATO NO CARGO. NECESSIDADE DE ANÁLISE DE PROVAS E CLÁUSULAS DO EDITAL. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 279 E 454 DO STF. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. I – Para se chegar à conclusão contrária à adotada pelo acórdão recorrido, seria necessário o reexame do conjunto fático-probatório constante dos autos e de cláusulas editalícias, o que atrai a incidência das Súmulas 279 e 454 do STF. Precedentes. II – Agravo regimental a que se nega provimento.” (ARE 821.913-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski. Segunda Turma, DJe de 28/8/2014).*

*Ex positis, **NEGO PROVIMENTO** ao agravo regimental.*

*É como voto.*

**PRIMEIRA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 904.621**

PROCED. : PERNAMBUCO

**RELATOR : MIN. LUIZ FUX**

AGTE.(S) : JOSENILDO MENDES DA SILVA

ADV.(A/S) : ELIZABETH DE CARVALHO SIMPLÍCIO E OUTRO(A/S)

AGDO.(A/S) : ESTADO DE PERNAMBUCO

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

**Decisão:** A Turma negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Unânime. Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. 1ª Turma, 29.9.2015.

Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Luiz Fux, Roberto Barroso e Edson Fachin.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Odim Brandão Ferreira.

Carmen Lilian Oliveira de Souza  
Secretária da Primeira Turma